



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

ANTÔNIO PEREIRA PONTES JÚNIOR

**ORALIDADE X ESCRITA: UM ESTUDO SOBRE A
INTERFERÊNCIA DA FALA NAS PRODUÇÕES ESCRITAS
DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**GUARABIRA – PB
2015**

ANTÔNIO PEREIRA PONTES JÚNIOR

**ORALIDADE X ESCRITA: UM ESTUDO SOBRE A
INTERFERÊNCIA DA FALA NAS PRODUÇÕES ESCRITAS
DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras, da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, em cumprimento aos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Luana Anastácia Santos de Lima.

GUARABIRA – PB
2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

P147o

Pontes Júnior, Antônio Pereira

Oralidade x escrita: um estudo sobre a interferência da
fala nas produções escritas de alunos do ensino fundamental
/ Antônio Pereira Pontes Júnior. – Guarabira: UEPB, 2015.

28 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras)
Universidade Estadual da Paraíba.

Orientação Prof^ª. Ma. Luana Anastácia Santos de Lima.

1. Variação Linguística. 2. Ensino. 3. Preconceito Linguístico. I.
Título.

22.ed. CDD 400

ANTÔNIO PEREIRA PONTES JÚNIOR

**ORALIDADE X ESCRITA: UM ESTUDO SOBRE A
INTERFERÊNCIA DA FALA NAS PRODUÇÕES ESCRITAS
DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras, da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, em cumprimento aos requisitos para a obtenção do grau de Licenciada em Letras.

Aprovada em 13 de julho de 2015

COMISSÃO EXAMINADORA

Luana Anastácia Santos de Lima
Prof.^a Ms. Luana Anastácia Santos de Lima /UEPB
Orientadora

Luiz Henrique Santos de Andrade
Prof.^a Ms. Luiz Henrique Santos de Andrade /UEPB
Examinador

Verônica Santos de Lima
Prof.^a Esp. Verônica Santos de Lima /UEPB
Examinadora

GUARABIRA-PB
2015

UDO SOBRE A INTERFERÊNCIA DA FALA NAS PRODUÇÕES ESCRITAS DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

PONTES JUNIOR, Antônio Pereira¹

RESUMO

Este trabalho, à luz da Sociolinguística Variacionista, visa analisar e interpretar a variação de fenômenos encontrados em vinte produções textuais de alunos de uma escola pública do município de Guarabira – PB, buscando evidenciar a influência da oralidade na escrita. Os fenômenos linguísticos observados foram: palavras grafadas em desacordo com a norma padrão; ausência de concordância verbal e nominal; troca da consoante líquida /l/ pela semivogal /w/ y apagamento do /r/ final em verbos no infinitivo. Estes fenômenos serão analisados e subsidiados pelas teorias e estudos de Labov (1972), Bortoni-Ricardo (2006) e Marcuschi (2001), contrapondo-os com as variantes sociais sexo, faixa etária e continuum rural-urbano. Nosso *corpus* foi construído a partir de uma atividade de produção textual sobre um tema comum para uma turma de ensino fundamental II, a qual encaixava-se no perfil estabelecido para a pesquisa. Após a coleta destas produções, as mesmas foram analisadas privilegiando-se as variantes sociais de sexo – masculino e feminino, faixa etária – de 10 aos 14 anos de idade e continuum rural-urbano. Após a análise, foi possível perceber a influência da fala na escrita e desmistificar a noção clássica de erro tão defendida pelos professores de língua portuguesa e gramáticos, erro este advindo do plano oral e que perpassa, portanto, a escrita dos falantes da língua.

Palavras-Chave: Variação. Ensino. Preconceito Linguístico.

RESUMEN

Este trabajo, a la luz de la Sociolingüística Variacionista, tiene el objetivo de analizar e interpretar la variación de fenómenos evidenciados en veinte producciones textuales de los alumnos de una escuela pública de la ciudad de Guarabira – PB, buscando demostrar la influencia de la oralidad en la escrita. Los fenómenos lingüísticos encontrados fueron: palabras grafadas de forma equivocadas; ausencia de la concordancia verbal y nominal; cambio de la consonante líquida /l/ por la semivocal /w/ y eliminación de la /r/ final en verbos en el infinitivo. Estos fenómenos serán analizados y subsidiados por las teorías y estudios de Labov (1972), Bortoni-Ricardo (2006) y Marcuschi (2001), contraponiéndose con las variantes sociales de sexo, de franja etaria y de continuum rural/ciudadano. Nuestro corpus fue constituido a partir de una actividad de producción textual sobre un tema común para una clase de escuela primaria, que coincidía con el perfil establecido para la investigación. Después de la recolección de estas producciones, las mismas fueron analizadas y se eligieron las variantes sociales de sexo – masculino y femenino; franja etaria – de 10 a 14 años de edad y continuum rural/ciudadano. Después del análisis, fue posible percibir la influencia del habla en la escritura y, de este modo, desmistificar la noción clásica del error tan difundida por los profesores de lengua portuguesa y gramáticos, error este devenido del plan oral y que traspassa, por lo tanto, la escritura de los hablantes de la lengua.

Palabras-clave: Variación. Enseñanza. Prejuicio Linguístico.

¹ Aluno de Graduação em Letras, na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.
E-mail: juniorrockstar@yahoo.com

1. INTRODUÇÃO

A Sociolinguística tem como seu principal objetivo organizar sistematicamente a variação que existe na linguagem, defendendo assim, que a língua é heterogênea e dinâmica. Desta forma, entende-se que a língua estará sempre sujeita a mudanças e variações.

Foi a partir das contribuições de Labov (1972) que a Sociolinguística despertou interesse para ser estudada e pesquisada, tendo como consequência sua ramificação em outras áreas, tais como sociolinguística variacionista e educacional, as quais iremos abordar no presente estudo.

Os fenômenos que serão abordados neste estudo serão os seguintes, palavras grafadas em desacordo com a norma padrão; ausência de concordância verbal e nominal; troca da consoante líquida /l/ pela semivogal /w/ e apagamento do /r/ final em verbos no infinitivo.

A sociolinguística variacionista aborda as variações e processos linguísticos que ocorrem na língua e na interação dos seus usuários, uma vez que a língua torna-se dinâmica e viva ao ser vivenciada e utilizada por seus falantes (PRETI, 1977, p. 2).

Com o advento da sociolinguística interacionista, abriu-se a possibilidade de debates sobre comportamentos e perfis dos sujeitos educacionais, professores, gestores e alunos, bem como sobre suas abordagens, práticas e metodologias, vislumbrando uma nova perspectiva educativa, possibilitando, assim, uma “reabordagem” metodológica em relação aos chamados “erros”, “desvios” e “desrespeitos” às normas padrões gramaticais.

Estes estudos das formas de competências serviram para deixar claro que cada indivíduo que esteja inserido em um ambiente de aprendizagem sistemática pode desenvolver e aprimorar suas competências comunicativas e adaptá-las aos vários contextos conversacionais que ocorram.

Frente a estas questões, o objetivo do presente trabalho é verificar, sob a ótica da sociolinguística, a influência da oralidade no letramento, a partir da análise de produções textuais de vinte alunos do ensino fundamental II, de uma escola da rede pública da cidade de Guarabira-PB, localizada no brejo paraibano.

Pretendemos, desta forma, comprovar tal influência através da observação de fenômenos variacionistas na produção escrita dos alunos, por acreditar que isso se deva ao fato de a fala e a escrita não se oporem completamente, mas, se completarem (MARCUSCHI, 2001).

Para tanto, traremos à tona a questão da variação linguística (LABOV, 1972), da contribuição da sociolinguística na educação (BORTONI-RICARDO, 2006), da dicotomia da fala e escrita (MARCUSCHI, 2001; PRETI, 2003).

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo tentaremos traçar um perfil da Sociolinguística enfatizando suas origens e nuances, e, ainda, suas contribuições e implicações para a educação e para a sala de aula. No segundo capítulo abordaremos a questão da oralidade e da escrita, suas inter-relações e diferenças. No terceiro traremos a metodologia da pesquisa. E por fim, no quarto capítulo, serão mostradas as análises e discussão dos dados do *corpus* obtido neste estudo e ainda as conclusões finais e as referências utilizadas.

2. BREVE HISTÓRICO DA SOCIOLINGUÍSTICA E SOCIOLINGUÍSTICA NO BRASIL

O surgimento da Sociolinguística se deu no ano de 1964, nos Estados Unidos, a partir das publicações de livros de Gumperz (1982), Labov (1972) e Hymes (1971), e também com a conferência de William Bright, em Los Angeles. Além disso, foi através de um trabalho de Haver C. Currie (1952), que o termo Sociolinguística teve sua ampla visibilidade, em 1953.

Esse campo do conhecimento, denominado Sociolinguística, foi tendo seu desenvolvimento e conhecimento por parte dos estudiosos nas décadas de 50 e 60, devido a vários fatores, dentre estes, o desejo de organizar o confuso universo linguístico; como também uma maior divulgação dos estudos referentes à área da comunicação e, por fim, orientar e implementar estudos referentes a linguística e sociologia.

A este respeito, Tarallo (1982) afirma que:

A Sociolinguística tem como desafio tentar processar, analisar e sistematizar o universo aparentemente caótico da língua na sua modalidade oral e/ou gestual (TARALLO, 1982, p. 86).

Com os estudos e pesquisas, torna-se cada vez mais comum a constatação de que sociedade e língua não mantêm um relacionamento de puro acaso, mas sim de total conexão e interação, uma vez que o uso da língua está associado a diversas possibilidades comunicativas presentes em nossa vida cotidiana, através de nosso convívio social.

Todas estas realizações são possíveis através de signos linguísticos, códigos e fatores que possibilitam para nós as mais diversas produções, para os mais variados contextos conversacionais, sejam eles orais, escritos ou visuais.

A partir de todas estas novas constatações e estudos mais comprometidos com a parte de relação entre língua e seu uso promovido pela comunidade de fala, a Sociolinguística vigente nos anos 60, tenta se desenvolver e realizar pesquisas e estudos dentro de uma nova concepção linguística. Essa nova maneira de pensar e encarar a Linguística contribuiu para fazer com que a mesma se mantivesse como peça fundamental para romper com a visão estruturalista desta época, que entendia a língua como um sistema homogêneo.

Neste contexto, amparando a Sociolinguística, temos duas ciências novas – a Etnografia da Fala, por Dell Hymes (1971) e a Sociologia da Fala, por Joshua Fishman (1974).

Com estes novos pressupostos, a Sociolinguística surge com a incumbência de estudar e analisar os fatores e processos que envolvem a relação entre língua e sociedade. Ou seja, toda a gama de fenômenos linguísticos e suas interdependências, interações e inter-relações sócio-historicamente ditas. Além disso, a Sociolinguística ainda se detém, também, a estudar os processos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos das línguas sob a perspectiva das influências dos fatores sociais das comunidades envolvidas.

Temos, neste panorama, o estudioso Labov (1972) como principal referência, o qual fortaleceu o estudo da Sociolinguística, a partir da observação de estruturas e mecanismos linguísticos, tomando como base pesquisas e estudos realizados nos Estados Unidos, na década de 60.

Nesta concepção, fica evidente a indissociável relação entre o indivíduo e a sociedade, na qual o processo de comunicação se concretiza através de associações de significantes e do signo linguístico. Sendo assim, o signo linguístico nada mais é do que a associação do significado/significante.

De acordo com a Sociolinguística, a língua é um sistema heterogêneo e plural, diferente do que acreditam os estruturalistas e gerativistas, os quais consideram o sistema linguístico homogêneo e único. A Sociolinguística, portanto, se apóia no fato de que a língua é viva e dinâmica.

A partir deste contexto, fica claro que o objeto de estudo da Sociolinguística é a própria língua nas suas mais variadas modalidades, sejam estas falada, sinalizada, escrita, mas

dentro de seus contextos situacionais de uso. Isto é, dentro de suas comunidades linguísticas, com seus falantes e usuários reais interagindo e propiciando, assim, um *corpus* para estudo com fatores que venham a ser observados e analisados, posteriormente, em estudos e pesquisas.

A priori, no Brasil, os estudos linguísticos se pautavam na implementação e sistematização da Linguística Moderna, instaurada por Mattoso Câmara Júnior (1980). Contudo, conforme Uchoa (2004), o que se proferia na época era, ainda, a idéia da filologia e não o proposto por Câmara Júnior (*op. cit.*), que postulava privilegiar os estudos que tinham como intuito central observar e analisar a língua literária portuguesa dos períodos compreendidos entre os séculos XVI e XX, para assim, documentá-la.

Passadas duas décadas e, assim sendo, foi instituída nos cursos de Letras, a disciplina de Linguística e, também, foi repensado o sentido real da língua falada. Este “repensar a língua” foi de suma importância para que possíveis estudos e pesquisas viessem a ser realizados em caráter técnico e científico, para respaldar as primeiras teorias acerca da nova corrente recém chegada ao Brasil – a Sociolinguística.

Assim, a Sociolinguística foi sendo introduzida no Brasil e teve como ponto inicial para seus estudos, duas obras que permitiam uma abordagem de cunho mais social, sendo elas, Antologia de artigos clássicos, denominada *Sociolinguística* organizada por Fonseca & Neves (1974) e *A pesquisa Sociolinguística* de Tarallo (1982).

Com base neste panorama, constatamos que a Sociolinguística no Brasil vem se desenvolvendo em três perspectivas distintas:

- *Sociolinguística Quantitativa*: que tem como papel principal organizar na sistematização das variedades linguísticas (rural, urbano e de manifestações regionais) e também documentando e descrevendo o uso do português falado no Brasil em seus aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos e vocabulares, também conhecida e classificada como variação diatópica ou geográfica;
- *Sociolinguística Qualitativa*: que se propõe a desvendar os preconceitos e os estereótipos que circundam o comportamento social em relação à língua e as motivações ideológicas para os respectivos usos e não usos presentes nos discursos dos falantes;

- *Sociolinguística Educacional*: que tenta se dedicar aos aspectos de ensino aprendizagem da Língua Materna contrapondo-se de forma sistemática à teoria da deficiência cultural.

Segundo Mattos & Silva (1999), os primeiros estudos sociolinguísticos no Brasil foram realizados no Rio de Janeiro e foram imprescindíveis para o avanço das pesquisas e para efetivação da corrente sociolinguística no país. Estes estudos vieram corroborar com as perspectivas da sociolinguística Laboviana e aprofundar cada vez mais os fatores de interação entre a língua e o social.

De acordo com Aguilera (2006), a Sociolinguística:

[...] vem colaborando na inclusão sistemática de informantes dos dois sexos/gêneros, de duas faixas etárias – uma mais jovem e outra mais idosa – e, nas capitais, a inclusão de informantes de dois níveis de escolaridade: o básico e o superior (AGUILERA, 2006, p. 232).

Podemos observar, portanto, que a língua falada passa a ser estudada com mais rigor e a forma como se fala passa a ser observada de forma mais sistemática. Com estes novos estudos e conhecimentos adquiridos, as metodologias de ensino de língua passam a ser influenciados e reformulados, trazendo à tona a maneira de como a norma-padrão escrita é encarada pela escola e pela sociedade.

Com isto, podemos perceber mais dois fatores cruciais que são o uso da língua como instrumento político e a máxima valorização da língua escrita corretamente em detrimento da língua falada. Esta, por sua vez, não recebe crédito algum, ficando os gramáticos “indiferentes” às variações linguísticas tão comuns e ricamente importantes, que ocorrem em cada língua falada.

É a partir destas abordagens, que a Sociolinguística permeia o campo educacional e, com isto, ganha o apoio de uma nova perspectiva, a educacional.

2.1. A Sociolinguística Qualitativa ou Interacional e sua importância no campo educacional

A sociolinguística Qualitativa busca investigar como o desempenho do informante influi em sua linguagem, buscando sempre enfatizar a relação língua/sociedade e correlacioná-la a uma díade (professor/aluno, por exemplo). No entanto, neste trabalho, buscaremos trabalhar numa perspectiva didática, voltada especificamente para a questão da sala de aula.

Esta área de investigação originou-se de outras disciplinas, tais como: a Sociologia da Linguagem, Etnografia da Comunicação e da própria Sociolinguística Variacionista, a qual possui Labov (1972) como principal defensor e mentor.

Pelo fato de compor uma abordagem interpretativista, a Sociolinguística Interacional ou Qualitativa abrange um conjunto de métodos e práticas empregados em sua pesquisa etnográfica, tais como, observação participante, estudo de caso, interacionismo simbólico, pesquisa construtivista, entre outros.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2008), a pesquisa de caráter qualitativo tenta compreender e interpretar fenômenos sociais inseridos em um determinado contexto, em se tratando mais especificamente do contexto da sala de aula, pesquisas como essas auxiliam na construção e aperfeiçoamento das teorias sobre organização social e cognitiva da vida em sala de aula, o que constitui um contexto por excelência para a aprendizagem dos educandos.

De acordo com estas informações nas pesquisas qualitativas, tem-se que observar e imergir nas características dos *corpus* eleitos para estudo e não se ater a variáveis isoladas dentro do ambiente da sala de aula.

Diante desta perspectiva, emerge o papel da escola e do próprio professor, em relação à questão variacionista, o qual ao invés de buscar soluções para esta questão de variação linguística, tenta inculcar nos alunos e nas suas práticas de fala e escrita, um pensamento e comportamento das classes sociais dominantes, mesmo que isso signifique renegar, na maioria das vezes, a verdadeira história de vida destes alunos e toda sua bagagem sociocultural.

Atualmente, as propostas educacionais do MEC são elaboradas pensando nestas variações e particularidades da língua, juntamente com o uso e funcionamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) nas práticas educativas escolares, visando o respeito a estas diferenças e tentando consolidar, assim, uma nova perspectiva educacional pedagógica de inclusão, identidade e cidadania.

Estas propostas, ainda, mostram que alguns conceitos arcaicos referentes à noções de erros gramaticais só tendem a priorizar o distanciamento do aluno da sua realidade social e de convívio, até mesmo os desestimulando de ir à escola, tornando-se a escola, neste contexto, uma instituição autoritária e excludente, fato este que não deveria ocorrer, como bem afirma os PCNs:

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma — certa de falar — a que se parece com a escrita — e o de que a escrita é o espelho da fala — e, sendo assim, seria preciso —consertar a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico (BRASIL, 1998, p. 26).

Tais erros só afastam os alunos de suas raízes culturais e os lançam para uma realidade não condizente com as suas. Neste mesmo espaço, ainda, permanece boa parte dos professores ensinando os alunos a reproduzirem e privilegiarem a determinada regra gramatical vigente, mantida pela classe dominante e mais prestigiada. A postura da escola frente a isso é de querer que os alunos adotem esta variante padrão como sua e que consigam executá-la de maneira eficiente e prática, totalizando, assim, um mecanismo de força política e ideológica de forma sistêmica e articulada e que possui vários outros fatores envolvidos que nem sempre são percebidos, em um primeiro momento.

A Sociolinguística vem contribuindo muito com a educação, através de suas pesquisas e estudos, evidenciando e elucidando alguns fenômenos ocorridos tanto na fala quanto na escrita, em sala de aula, dos nossos alunos.

Em alguns casos, podemos perceber que estes alunos escrevem da maneira como falam, tentando preservar, desta forma, seus históricos culturais e de seus convívios, o que acaba criando um registro escrito primoroso da sua fala, e que deveria ser bem recebido pela comunidade escolar e até encorajado para servir de *corpus* para estudo e não desprezado e combatido como ocorre, de fato.

O que a Sociolinguística Educacional² preconiza é que o aluno aprenda a fazer uso correto da regra gramatical sem perder a sua forma pessoal de escrever. Em outras palavras, o aluno deve ser instruído e orientado pela escola a reconhecer e saber sobre as regras de gramática e executá-las nos momentos necessários. Mas, não deve ser obrigado a isto, nem ser castigado ou ridicularizado quando não fizer uso da mesma, em determinada situação, pois deve-se ter em mente os diferentes contextos de comunicação.

Desta forma, o aluno irá apenas agregar o português padrão da norma culta ao seu português coloquial, o qual ele já possui. Para isso, a escola deve reconhecer que, em nosso país, há uma variedade muito grande de falares e que, cada um deles, deve ser respeitado e, se possível, preservado. Com esta visão, nota-se que a língua é heterogênea, múltipla, rica e dinâmica, não sendo estática, como já foi dito outrora.

No entanto, o papel fundamental da escola é não deixar mais que estes equívocos aconteçam – prestigiar uma determinada forma linguística em detrimento de outra, estigmatizar alunos por conta de sua variante não ser a considerada padrão, caracterizar “erro” por falta de adequação gramatical ou contextual, bem como cultivar o preconceito, através da ideia já arraigada de que as variantes não-padrão só ocorrem nas classes mais pobres e em regiões mais distantes. Seu papel, portanto, é desmistificar esta ideia de que variantes desprestigiadas e marginalizadas só sejam possíveis de ocorrer nas classes mais pobres e menos favorecidas ou ainda, nas regiões mais afastadas do país e longe dos grandes centros urbanos e, por sua vez, em zonas rurais ou interioranas.

No ambiente escolar, com o ensino da língua, objetiva-se que se desenvolva a *competência comunicativa* dos falantes e que estes, enquanto usuários da língua, falantes, escritores/ouvintes, leitores, consigam utilizar, de forma adequada, a língua nas mais diversas formas de situações de comunicação

Dessa competência comunicativa, surgem mais duas outras competências, a saber:

- *competência gramatical ou linguística* – capacidade que qualquer usuário da língua tem de produzir sequências linguísticas gramaticais, que são consideradas e reconhecidas por estes mesmos usuários que são próprias e típicas da língua que se esteja utilizando. E o que se verifica nestas sequências, é se elas são condizentes com a estrutura da língua e não se estão incorretas ou equivocadas.

² Vale salientar que, como a Sociolinguística Educacional advém, de certo modo, da Sociolinguística Interacional, trataremos, em alguns momentos, ambas como sinônimos.

Chomsky (1957) já associou a esta competência, o que ele classificou como “criatividade linguística”, que é a capacidade do falante de determinada língua de acordo com suas regras e normas, construir um número infinito de frases gramaticais.

- *competência textual* – capacidade de, em momentos de situações de interação comunicativa, elaborar e entender textos que sejam considerados bem estruturados.

Conforme Charolles (1979), para que isto ocorra de forma harmônica, o falante tem que está utilizando-se de capacidades textuais básicas que são as seguintes:

- a) Capacidade formativa – que fornece ao usuário da língua todo um mecanismo para produzir e compreender textos e ainda, poder avaliar se estes textos estão bem formulados e de acordo com a língua em uso.
- b) Capacidade transformativa – que subsidia o usuário a fazer alterações e reelaborações para determinados fins, ou seja, adequando os textos para os mais variados propósitos.
- c) Capacidade qualificativa – que permite ao usuário reconhecer a que tipo de texto pertence um dado texto. Por exemplo, reconhecer se o texto em questão é um romance, um conto e etc. E que também este mesmo usuário seja capaz de produzir um texto nesta mesma tipologia que acabou de reconhecer.

Com base nesta perspectiva, se torna evidente que se deve permitir que a sala de aula seja um ambiente aberto para as culturas, as variantes linguísticas e comunicacionais, integrando, assim, o sujeito-aluno com a comunidade e o meio em que viva, a fim que o mesmo desenvolva todas as competências e capacidades possíveis.

Levando em consideração que este aluno, quando vem de casa para a escola, traz consigo uma “bagagem” comunicativa linguística, é importante observar que o mesmo tem razoável domínio da norma coloquial que é usada no seu meio interacional. Contudo, no que

tange a forma escrita, faz-se, para este indivíduo, um universo mais complexo, visto que o uso da escrita depende de contextos e situações comunicacionais mais específicos, não atingindo, neste ponto, a competência comunicacional que se consegue mais facilmente com a utilização que o usuário faz da sua língua.

3. ORALIDADE *VERSUS* LETRAMENTO E AS MARCAS DESSA ORALIDADE NA ESCRITA

A questão da influência da fala na escrita é um ponto de discussão entre vários pesquisadores e estudiosos da área, dentre estes, Marcuschi (2001). Tal discussão nos faz refletir até que ponto, a fala interfere na escrita e será que também ocorre o contrário, da escrita interferir na fala.

A maneira de escrever de uma pessoa está relacionada com uma série de fatores dos mais variados tipos e estes fatores são condicionantes para a construção da fala e da escrita. Dentre estes fatores condicionantes, podemos destacar sexo, idade, condição socioeconômica, grau de escolarização, se é morador de zona urbana ou rural e até mesmo se tem acesso a bens materiais e culturais.

A oralidade se faz presente desde o momento que começamos a falar; diferente da aquisição da escrita, a qual; temos acesso de forma mais sistematizada quando vamos à escola.

De acordo com Marcuschi (2001), a oralidade, na verdade, é uma prática social interativa apresentada nos mais variados contextos, dos mais formais aos mais informais possíveis, como palestras, discursos oficiais, bilhetes, murais, etc.

A Sociolinguística, bem como a própria escola, sabe da existência das variantes e variações linguísticas que ocorrem na língua. Só que, no caso da escola, a maioria negligencia este fato, ou seja, como não é interessante para a escola a utilização das variações e sim, os usos da norma gramatical culta, ela simplesmente abomina qualquer tipo de variação, qualquer evento linguístico que não esteja de acordo com a prescrição gramatical.

Presumimos, portanto, que a escrita, talvez, interfira mais na fala do que ao contrário, visto que, a escrita tem que ser mais elaborada, monitorada, enquanto a fala é espontânea e menos planejada. Há, geralmente, na escrita, um cuidado maior quanto ao uso de regras tidas como certas da gramática e a fala, usa-se expressões e palavras mais corriqueiras e até gírias,

neologismos e etc. Então, quando um indivíduo faz uso da fala ou da escrita, há uma tendência de perceber a funcionalidade, direcionalidade da sua fala, seja ela escrita ou produzida oralmente.

Na realidade, quando escrevemos ou redigimos algum texto, algum documento, ficamos presos a prescrições com medo de repetirmos o nosso falar na escrita. Por isso, há essa necessidade de monitoramento da escrita sob a fala. E, nos casos de pessoas com antecedentes rurais ou com baixo nível de escolarização, esse monitoramento inexistente ou quase inexistente, o que desencadeia algumas situações linguísticas ou verdadeiros erros gramáticos e defensores da norma pura.

Qualquer falante da língua traz consigo uma bagagem de tempos idos, tempos estes de quando começou a pronunciar suas primeiras palavras, que durante seu percurso foram sendo modificadas de acordo com sua realidade cultural, social e econômica. Essa interação com o meio em que vive é imprescindível para este amadurecimento da fala e também da escrita.

Fica claro, por conseguinte, que antes de chegarmos à escola, já somos estimulados pelo próprio meio em que estamos inseridos a fazer socializações, conexões e interações, criando vínculos e laços afetivos, comportamentais e também de repertório linguístico. O passo seguinte é ir à escola para apreender o máximo possível de conteúdo e formas canônicas e acadêmicas de saberes enciclopédicos, para utilizar em todos os contextos adequados.

Percebemos com isto, que há um processo evolutivo na aquisição desses saberes e conhecimentos que depende de alguns fatores, como também do nosso empenho e desempenho para fazermos os usos adequados e responsáveis.

Sobre isto, Perini (2004, p. 60) considera que:

[...] é importante observar como a língua falada tem regras tão complexas e tão estritas quanto as da língua escrita; apenas, são diferentes. Mas por que é que nos parecem tão fáceis? Ah, é porque são as regras da nossa língua nativa – as outras são de uma língua que aprendemos na escola.

Mesmo assim, há pessoas que, por um motivo ou outro, não conseguem ter acesso à escola ou até conseguem este acesso, mas possuem dificuldades de aprendizagem e outras, ainda, não se esmeram tanto ou não se importam em adquirir tais conhecimentos e ensinamentos, renegando, assim, a essa “ditadura” do político e gramaticalmente correto,

sendo consideradas, portanto, iletrados, “divulgadores ou cultuadores do erro”, ou, simplesmente, pelos mais radicais, como incapazes de aprender as regras clássicas.

Esses marcadores orais, que se fazem presentes na escrita, podem ser verificados através de pistas, tais como falta de concordância verbal ou nominal, falta de marcação de plural, desvio da norma padrão, criação de palavras novas (neologismos), usos de gírias e até estrangeirismos, construção frasal ou sintática desestruturada, repetições desnecessárias, falta de coerência e coesão, dentre outros.

Há, ainda, quem insista em disseminar que a língua escrita é formal e a língua falada informal. O que não é verdadeiro, pois, podemos encontrar textos puramente formais na língua falada e outros puramente informais na língua escrita.

A este respeito, Dias (1996) advoga que:

[...] a escola ainda opta somente pela veiculação da língua cultivada pela tradição gramatical, cristalizando a variedade padrão como única correta e excluindo as demais como “formas incorretas”, “erros”, “desvios”. Em outras palavras, a escola considera a norma padrão culta linguisticamente superior a todas as outras variedades (DIAS, 1996, p.19).

Como já disseram os sociolinguistas, a língua é viva, dinâmica e não estática, nem muito menos pode ser aprisionada ou emoldurada pela gramática, nem por nada ou ninguém. A língua está em constante processo evolutivo, a partir do dado momento que se tem falantes interagindo em regiões, espaços e comunidades distintos. Por este motivo, entende-se que, em alguns casos não monitorados e que sejam permitidos pelo contexto situacional e/ou conversacional, estas marcas da oralidade surjam nos textos escritos ou até nos discursos falados mais formais, comprovando, assim, a existência dessa dinamicidade linguística e de sua vivacidade também.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa, sociolinguisticamente orientada, utilizou como *corpus* produções textuais da tipologia dissertativa, de uma turma do ensino fundamental II, realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental Edgardo Júlio, Guarabira – Paraíba, cujo conteúdo será detalhado a seguir e que norteará nossa reflexão e análise sobre o assunto.

A atividade proposta foi desenvolvida durante duas aulas de Língua Portuguesa em um único dia, no início da primeira aula foi apresentado o tema da produção textual para os

alunos. O tema foi “a escola dos meus sonhos”, dando continuidade houve uma pequena explanação acerca da proposta textual e depois seguiu-se a atividade da produção textual. Nesta referida turma eu era o ministrante, fato que facilitou meu acesso à escola visto que eu pertencia ao quadro de funcionários da mesma, exercendo a função de professor de Língua Portuguesa.

Bortoni-Ricardo (2008, p. 57) afirma que:

Todo trabalho de campo para a coleta de registros que vão se constituir nos dados da pesquisa tem de começar com as negociações que permitirão a entrada do pesquisador no campo. [...] A principal delas é a negociação com as pessoas que lhe darão acesso ao local da pesquisa. No caso da pesquisa em sala de aula, isso implica selecionar uma escola onde ela será realizada e procurar o diretor e os professores das disciplinas em questão (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 57).

Assim sendo, nossa pesquisa foi desenvolvida em sua fase de coleta de *corpus* através de uma produção textual pedida aos alunos sobre um tema corriqueiro, na referida escola de acordo com todo o procedimento pedagógico metodológico que se faz necessário.

Em seguida, procedemos à observação e estudo das variáveis sociais, as quais nortearam vários outros estudos e pesquisas de cunho sociolinguístico (LABOV, 1972; MILROY, 1980).

Faz-se necessário enfatizar que a estruturação da pesquisa, sua divisão e as variáveis sociais elencadas, são pontos importantes para serem verificados e analisados.

4.1 População por amostragem

O número de informantes que compõem a amostragem dos alunos da escola Edgardo Júlio, é de 20 alunos, deixando claro que não foram selecionadas todas as produções textuais elaboradas, devido a alguns critérios que serão elencados a seguir, como faixa etária, sexo, continuum rural-urbano e, assim, adequando-se mais aos propósitos da pesquisa. Os informantes estão assim distribuídos conforme no quadro a seguir:

QUADRO 1 – Variáveis analisadas

Sexo	Faixa Etária	Continuum rural-urbano
Masculino	10 a 14 anos	Rural - Urbano
Feminino		

Estudamos a variável sexo (masculino e feminino) com o propósito de descobrir o desempenho linguístico de pessoas do sexo masculino e feminino em relação à elaboração das produções.

Ao recorrer à literatura da área, pode-se observar que há uma série de trabalhos variacionistas que associam a variável sexo a questões linguísticas (PAIVA, 2003; LABOV, 1972) e que trabalham com essa variável na perspectiva de que as pessoas do sexo feminino lideram o uso da forma padrão, mostrando-se sensíveis às formas de prestígio. Já as do sexo masculino, por outro lado, mostram-se propensos a liderarem o uso de formas desprestigiadas.

Labov (1972, p. 281), por exemplo, advoga, neste sentido, que “na fala monitorada, as mulheres usam menos formas estigmatizadas do que os homens e são mais sensíveis do que os homens ao padrão de prestígio”.

Desta forma, esperamos que em nossos dados as produções produzidas por informantes do sexo feminino apresentem menos fenômenos variáveis verificados na fala.

Em relação à variável faixa etária, pode-se constatar que a mesma vem sendo observada como de grande importância nos estudos e análises de caráter sociolinguísticos.

De acordo com Pereira (2000), os falantes de faixa etária superior não demonstram interesse em falar melhor, revelando resignação e acomodação com seu desempenho linguístico. Por outro lado, os mais jovens, de qualquer grupo são os mais desejosos em aperfeiçoar a maneira de falar, pelo fato de se tratar de uma faixa etária que mais apresenta possibilidade de projeção social.

No contínuo de urbanização, podemos destacar os falantes de zona rural que vivem mais afastados das indústrias, tecnologias e desenvolvimento, quase isolados às vezes, preservando assim, seus dialetos rurais, caipiras e costumes. Já na zona urbana estão os indivíduos com total acesso as tecnologias, modernidades e padronizações da língua e escrita através da norma culta. Estes por sua vez, tem mais incentivos para irem a escola e para se dedicarem mais, buscando assim ascensão e status social.

De acordo com estes dados, Bortoni-Ricardo (2008) corrobora que os falantes de zona rural praticam mais desvios da norma culta que os falantes que vivem em zona urbana, que conseguem privilegiar um pouco mais a norma padrão.

4.2 Instrumentos de pesquisa

Realizada a seleção dos informantes, procedemos à realização da atividade que constituirá nosso *corpus* – uma produção textual intitulada “A escola dos meus sonhos”, tema este que deixa os alunos bem à vontade, uma vez que é um momento em que eles podem falar, reivindicar e sonhar, como o próprio tema redacional sugere. De forma geral, propomos que os alunos, através de suas palavras escritas, pudessem se tornar partícipes do processo e gestão educacional, mostrando, assim, que são sujeitos pensantes e conscientes, críticos e questionadores podendo contribuir e construir de forma perspicaz e clara seu futuro.

A proposta geral foi a de que os alunos redigissem uma produção textual dissertativa, obedecendo à tipologia textual em questão, sabendo-se que, ao mesmo tempo que o tema é estimulante, a produção textual em si se torna para eles um processo complicado e apavorante.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com o levantamento dos dados obtidos na atividade de produção textual e com o quantitativo destas produções, observamos alguns fenômenos que ocorreram igualmente em mais de uma produção, bem como fenômenos que ocorreram apenas em uma ou duas produções.

Dentre estes fenômenos, observamos:

- Palavras grafadas em desacordo com a norma padrão;
- ausência da concordância verbal e nominal;
- troca da consoante /l/ pela semivogal /w/;
- apagamento de /r/ final em verbos no infinitivo;

Vejamos as tabelas a seguir, para efeito de verificação e estudo das ocorrências dos fenômenos supracitados, levando em consideração um universo de dez produções produzidas por informantes do sexo masculino e dez produções produzidas por informantes do sexo feminino:

TABELA 1 – Ocorrência dos fenômenos em relação a variável sexo

Fenômenos³	Masculino	Feminino
Palavras grafadas em desacordo com a norma padrão	30	7
Ausência de concordância verbal e nominal	17	4
Troca da líquida /l/ pela semivogal /w/	4	1
Apagamento do /r/ final em verbos no infinitivo	3	0
<i>Total de ocorrências</i>	54	12

De acordo com os dados mostrados acima, podemos verificar que o referido resultado corresponde à hipótese que lançamos inicialmente – que informantes do sexo masculino produziram mais ocorrência de variação em suas produções que informantes do sexo feminino.

Podemos fazer esta afirmação com base nos resultados, os quais indicam a ocorrência de 54 fenômenos variáveis nas 10 produções produzidas por informantes do sexo masculino, enquanto apenas 12 ocorrências foram verificadas nas 10 produções produzidas por informantes do sexo feminino.

Vários autores associam, em seus trabalhos, a variável sexo a questões linguísticas (PAIVA, 2003; LABOV, 2008 [1972]) e constataram que informantes do sexo feminino lideram o uso da forma padrão. De acordo com eles, isso justifica-se pelo fato de informantes do sexo feminino mostrarem-se mais sensíveis às formas de prestígio, diferentemente dos informantes do sexo masculino que, por outro lado, mostram-se propensos a liderarem o uso de formas desprestigiadas.

³ É importante lembrar que alguns desses fenômenos ocorreram mais de uma vez, ao passo que outros ocorreram apenas uma vez ou não foi verificada nenhuma ocorrência dos mesmos.

Trudgill (apud. SOUZA SILVA, 1997), também, corrobora esta mesma perspectiva, ao afirmar que, em se tratando do sexo feminino, de fato, são favorecedoras da forma padrão, explicando, portanto, o resultado obtido nesta modalidade.

Vejam, a seguir, os resultados relacionados à faixa etária:

TABELA 2 – Ocorrência dos fenômenos em relação à variável faixa etária

Fenômenos	10 a 14
Palavras grafadas em desacordo com a norma padrão	37
Ausência de concordância verbal e nominal	21
Troca da líquida /l/ pela semivogal /w/	5
Apagamento do /r/ final em verbos no infinitivo	3
<i>Total de ocorrências</i>	66

De acordo com os resultados acima, pode-se perceber que nossa hipótese foi parcialmente refutada, uma vez que acreditávamos ser os falantes mais jovens os detentores da forma padrão, visto ser essa faixa etária a que mais apresenta possibilidade de projeção social (PEREIRA, 2000). No entanto, a ocorrência dos falantes mais jovens e mais velhos ficou bem próxima, o que ratifica, em parte, o resultado que esperávamos.

Contudo, uma explicação para tal resultado pode encontrar-se no fato de estes falantes mais jovens estarem cada vez mais conectados a internet e, portanto, produzirem na escrita construções que se afastem da norma-padrão.

Com base na ideia de Xavier (2005) a este respeito, o que ocorre, na verdade, é que essa geração tem adquirido o letramento digital antes mesmo de ter se apropriado completamente do letramento alfabético ensinado na escola (Kleiman 1995, Soares 1998). Desta forma, a intensa utilização do meio digital tem feito muitos adolescentes efetivarem

práticas de leitura e de escrita diferentes das formas tradicionais de letramento e alfabetização, o que explica o fato de os jovens apresentarem variação em suas escritas, próxima a forma como os mesmos falam.

TABELA 3 – Ocorrência dos fenômenos em relação à variável continuum rural-urbano

Fenômenos	Continuum rural	Continuum urbano
Palavras grafadas em desacordo com a norma padrão	32	5
Ausência de concordância verbal e nominal	14	7
Troca da líquida /l/ pela semivogal /w/	4	1
Apagamento do /r/ final em verbos no infinitivo	3	0
<i>Total de ocorrências</i>	53	13

Observando os dados presentes na tabela, verificamos que houve mais ocorrências dos fenômenos nos falantes que vivem em zona rural do que os que vivem em zona urbana. De acordo com Bagno (2009), os traços descontínuos são os fenômenos linguísticos que sofrem maior carga de discriminação e preconceito. O dialeto caipira ou rural se adequa neste contexto. Eles são os mais estigmatizados e atribuídos a falantes com pouca instrução ou com baixo prestígio social. Já os traços graduais são os que percebemos na fala de boa parte dos brasileiros, mesmo que estes sejam escolarizados e tenham suas falas/escritas menos monitoradas.

Para efeito de análise e estudo, destacaremos, a partir de agora, os fenômenos observados, em ordem de relevância.

O fenômeno mais recorrente nas produções foi palavras grafadas em desacordo com a norma padrão, que teve 37 ocorrências nas 20 produções, como se pode verificar na produção abaixo:

Informante 1

coisas do tipo que agente^o apresenta bem

Este fenômeno pode ser inserido na categoria dos traços descontínuos e dos traços graduais. A ocorrência da grafia de palavras em desacordo com a norma padrão é bastante comum e recebe uma grande carga de preconceito, associada à baixo grau de escolaridade, à moradores de zona rural e à estágios não monitorados da língua. Temos aí a redução da morfologia verbal a duas formas, que são elas: eu canto e tu/você/ele/nós/a gente/vocês/eles canta; ou a três: eu canto; tu/você/ele/vocês/eles canta; nós cantamo. Ou ainda, favorecimento crescente do pronome a gente para se referir à 1ª pessoa do plural: A gente vai no clube, você irá com a gente?. E desvio da grafia da na norma culta padrão da língua escrita.

O segundo fenômeno mais recorrente nas produções foi a *ausência da concordância verbal e nominal*, a qual teve 21 ocorrências nas 20 produções, conforme temos na produção a seguir:

Informante 2

que Daniely e Maratly Alves seja amigas

De acordo com Moura (2007), podemos considerar a concordância verbal como uma regra variável no Português Brasileiro, por isso tão presente, não apenas à fala dos indivíduos, mas em suas escritas que, de certa forma, reflete sua oralidade.

Araújo (2010) corrobora, também, esta perspectiva, ao nos afirmar que haveria no português popular do Brasil uma tendência progressiva à perda das flexões número-pessoal nos verbos, estando essa tendência prefigurada no sistema português e vindo a acentuar-se na realidade linguística brasileira; ou seja, para a referida autora, a simplificação da morfologia verbal, poderia ser explicada pelo fato de refletir o modelo linguístico indo-europeu, o qual, também, apresentava esta variação.

A concordância nominal, como evidencia Bagno (2007), é um dos fenômenos que mais apresenta traços variáveis na língua. E nenhum falante da língua, por mais culto e letrado que

seja, consegue seguir todas as normas e regras gramaticais, principalmente nos seus usos orais da língua.

Informante 3

Vimão a escola grande com os professo-
res responsavel com os alunos eu queria

O fenômeno da *troca da consoante líquida /l/ pela semivogal /w/*, não foi tão observado nas produções, apresentando, apenas 5 ocorrências nas 20 produções, conforme temos na produção a seguir:

Informante 4

Que os salas de aula fossem com janelas
no teto tivesse ar condicionado uma
patio confortavel com brancos parecidos

O referido fenômeno ocorreu tanto para o grupo do sexo masculino como para o grupo do sexo feminino.

A troca da consoante líquida /l/ pela semivogal /w/ não ocorre tanto no português brasileiro falado, como cita, Bagno (2007), mas que produzem certas dificuldades de escrita, como a distinção das palavras *mau* > *mal*, que tem a mesma pronúncia.

O fenômeno *apagamento do /r/ final em verbos do infinitivo*, foi o menos observado teve apenas 3 ocorrências nas 20 produções, como se pode verificar na produção abaixo:

Informante 5

Vaijá para cada

O apagamento do rótico em final de verbos no infinitivo configura-se como uma tendência do Português Brasileiro (PB) de alongar a vogal final ao passo que apagamos o /r/. De acordo com Callou *et alii* (1996), essa queda ocorre mais em verbos, sendo provocada devido o /r/ final estar em uma posição externa; posição esta considerada como um ambiente onde o apagamento se dá mais frequentemente.

Apesar de ser um fenômeno característico da oralidade, sua observância em produções escritas, ratifica que podemos encontrar marcas da fala na escrita.

A este respeito, Bortoni-Ricardo (2006, p. 85) afirma que, “o falante da língua, quando suprime um /r/ em infinitivo verbal ao escrever, faz isso porque na língua oral ele já não usa mais esse /r/”, confirmando, portanto a influência da oralidade na escrita.

CONCLUSÃO

Com este trabalho tivemos a possibilidade de reconhecer o papel da sociolinguística atualmente na educação escolar, bem como perceber as relações existentes entre oralidade e escrita, evidenciadas nas produções dos alunos do sétimo ano do ensino fundamental, ora marcações da oralidade em sua escrita, como também, uma relação instável com a linguagem, visto que eles precisam utilizar uma regra padrão escrita que não conseguem assimilar tão bem para aplicar em seus textos.

Dessa relação de oralidade e escrita feita de maneira não monitorada, apesar de sistemática, resultaram os seguintes fenômenos – palavras grafadas em desacordo com a norma padrão; ausência da concordância nominal e verbal; troca da consoante líquida /l/ pela semivogal /w/ e apagamento do /r/ final em verbos no infinitivo, a respeito dos quais discutimos ao longo do trabalho.

Fica evidente, portanto, que há uma tendência maior de que os indivíduos do sexo masculino produzam mais exceções às regras gramaticais clássicas, enquanto que os indivíduos do sexo feminino persistam mais em utilizar a norma-padrão da língua escrita. E que ainda, indivíduos que residam ou tenham antecedentes rurais produzam mais exceções às regras gramaticais que os indivíduos de zona urbana. E evidenciamos uma nova postura em relação à faixa etária, na qual constatamos que os mais jovens produziram tantos desvios à norma padrão quanto os mais velhos. Fato esse que se explica devido aos jovens terem acesso cada vez mais cedo às novas tecnologias, antes mesmo de adquirirem o letramento educacional e assim, apropriam-se da linguagem da internet, a utilizando em vários contextos.

Temos em mente ainda, que este trabalho não está esgotado, mas sim que apenas contribui para que outros estudos e pesquisas sejam desenvolvidos sobre a temática e com novas perspectivas.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, V. A. *A Geolinguística no Brasil: estágio atual*. In: Estudos sociolinguísticos: as quatro vertentes do GT da ANPOLL. Jânia M. Ramos. (Org.). Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006, v. 1, p. 158-176.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. O uso variável da concordância verbal no português do Brasil (PB) e no português de Angola (PA): A história externa em foco. In: 5º Encontro Açoriano da Lusofonia, 2010, Florianópolis. Atas/ Anais, 2010. p. 367-381.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso – por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. *Nós chegamos na escola, e agora?: sociolinguística e educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

BRASIL (1998) Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília/DF: MEC/SEF.

CÂMARA JR., J. M. História e estrutura da língua portuguesa. 3.ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1980.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2007.

CALOU, D. *et alii* (1996). Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil. In: Koch, I. (org.). *Gramática do Português Falado*. v. VI: 465-493. Campinas, UNICAMP.

CHAROLLES, Michel. “*Donnés empiriques ET modélisation en grammaire de texte. Réflexions à partir du problème de la coherence discursive*”. *Langue et discours*, cahier 34. Besançon, mar., p. 75-79, 1979.

CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.

CURRIE, Haver C. *A Projection of Sociolinguistics: the relationship of speech to social status*. Southern Speech Journal, 1952.

DIAS, Josiane da Luz. *O apagamento das semivogais nos ditongos decrescentes no dialeto curitibano*. Fragmenta, n. 10, p. 59-69, 1996 - UFPR.

FISHMAN, Joshua. A sociologia da linguagem. (Trad. de Álvaro Cabral) In: FONSECA. M. S. V. e NEVES. M. F. *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

GUMPERZ, John J. *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

HORA, D. da. Fonética e fonologia. UFPB, 2009. Disponível em <http://goo.gl/ecYlc> Acesso em 10 de junho de 2013

HYMES, D. (1971). On Communicative Competence. In: PRIDE, JB. & HOLMES, J (1972) *Sociolinguistics Selected Readings*. New York: Penguin Books, p. 269-293.

KLEIMAN, Ângela B. *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

MARCUSCHI, Luis Antônio. *Análise da conversação*. 5 ed. São Paulo: Ática, 2001. 94p. (Princípios)

MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1999.

MILROY, Lesley; GORDON, Matthew. Sociolinguistics method and interpretation. In: *Handbook of Sociolinguistic*. Oxford: Blackwell, 1980.

MOURA, D. O tratamento das variantes padrão e não-padrão na sala de aula. In: MOURA, D. (org) *Leitura e escrita: a competência comunicativa*. Maceió: EDUFAL, 2007. p. 11-26.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. NASCIMENTO, Milton do. Da análise de “erros” aos mecanismos envolvidos na aprendizagem da escrita. *Educação em revista*, 12, n.1, p. 33-43, 1990

OLIVEIRA, Marco Antônio de. *Conhecimento linguístico e apropriação do sistema de escrita*. 1. ed. Belo Horizonte: CEALE/FAE/UFMG . 12, n.1, p. 33-43, 1990, 2005. v. p. 01.70

PAIVA, M. da C. de. A supressão das semivogais nos ditongos decrescentes. In: SILVA, G. M. de O. et SCHERRE, M. M. P.(Orgs.) *Padrões sociolinguísticos - análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 219-135.

PEREIRA, Regina Celi Mendes. A Escolaridade e e Faixa Etária: implicações na sensibilidade linguística . In: *Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul*, 4, 2000, Curitiba - PR. Anais. Curitiba, Mídia Curitibana, 2001. Disponível em <<http://www.celsul.org.br/Encontros/04/artigos/028.htm>>. Acesso em 03/ 04/ 2014.

PERINI, Mário A. *A língua do Brasil amanhã, e outros mistérios*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

PRETI, Dino. *Sociolinguística: os níveis da fala – um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira*. 4 ed. rev. e modificada, com a reelaboração de vários capítulos. São Paulo. Nacional, 1977.

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). *Letramento no Brasil*. 3. Ed. São Paulo: Global, 2006.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo, Ática, 1998.

SOUZA SILVA, Fabiana. *O processo de monotongação em João Pessoa*, Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1997.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1982.

UCHOA, C. E.F. & MATTOSO CÂMARA. UM NOVO DISCURSO SOBRE O ESTUDO DA LINGUAGEM NO BRASIL. *DELTA*, 2004, vol.20, p.1-8.

XAVIER, Antônio Carlos. Reflexões em torno da escrita nos novos Gêneros Digitais da Internet. In: *Investigações: lingüística e teoria literária*. v. 8, n. 2, jul., 2005, p. 01 - 13. Disponível em: <http://www.ufpe.br/pgletras/Investigacoes/Volumes/Vol.18.N.2_2005_ARTIGOS>.